

REGIÃO NORTE, POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AVALIAÇÃO DE POLOS DO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL¹

Nilzete Costa de Melo², Graciete Pantoja Antunes³, Tatiana de Lourdes Massaro⁴,
MariaRenata da Cruz Duran⁵, Celso José da Costa⁶

Grupo 1.4. Gestão e estrutura da educação a distância: Polos de apoio presencial

RESUMO:

No presente texto se tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, a região norte e suas políticas de formação de professores implementadas nos últimos 5 anos, localizando neste quadro a importância do sistema Universidade Aberta do Brasil e de seus polos de apoio presencial, conforme metodologia de pesquisa vinculada ao projeto "Institucionalização da EaD no Brasil". Maior ênfase será dada aos dados dos estados do Acre e Pará, haja vista que duas autoras do presente texto atuam como coordenadoras dos polos de apoio presencial do Sistema Universidade Aberta do Brasil nestes estados. Concebemos o texto, com base em depoimento de coordenadores de polos que participaram da pesquisa participativa, realizada pelo Grupo de Pesquisa "Formação docente e tecnologias de informação e comunicação", LANTE/UFF. Objetivamos também expor na visão dos coordenadores de polo da região a estrutura e o funcionamento dos Polos de Apoio presencial da UAB da região Norte, assim como o instrumento de avaliação dos polos aplicado nessa região.

Palavras-chave: polos presenciais, políticas públicas de formação de professores, coordenadores de polos, avaliação de polos UAB, Sistema Universidade Aberta do Brasil.

ABSTRACT:

REGION NORTH OF TEACHER EDUCATION POLICY AND EVALUATION OF POLES OPEN UNIVERSITY SYSTEM OF BRAZIL

This text aims to present, in general, the north region and policies for teacher training implemented in the last 5 years, locating in this context the importance of the Brazil Open University system and its supporting poles face as methodology research linked to the project "Institutionalization of Distance Education in Brazil." Greater emphasis will be given to data from the states of Pará and Acre, given that two authors of this text act as coordinators of the poles supporting attendance System Open University of Brazil in these states. We design the text, based on testimony of poles coordinators who participated in participatory research, conducted by the Research Group "Teacher education and information and communication technologies", Lante / UFF. We aim also to identify the structure and functioning of the Poles face Supporting UAB in the North as well as the assessment tool applied in this region.

¹ Agencia financiadora: Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino \ Universidade Federal Fluminense

² Coordenadora do Polo da UAB - Rio Branco/AC, nilzete.riobranco@gmail.com

³ Coordenadora do Polo da UAB – Igarapé-Miri/PA, gracietepantoja@hotmail.com

⁴ Membro do LANTE – Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino - da Universidade Federal Fluminense e Membro do Grupo de Pesquisa "Formação docente e tecnologias de informação e comunicação", ttmassaro@gmail.com.

⁵ Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina- professoramariarenata@yahoo.com.br

⁶ Coordenador UAB na Universidade Federal Fluminense,- correiocelso@yahoo.com.br

Keywords: *presence poles, public policy training of teachers, coordinators poles, poles evaluation of UAB, Open University of Brazil.*

1. Introdução

A Região Norte é considerada a maior região do Brasil em área, estimada com 3.869.639,9 quilômetros quadrados, ocupa mais de 45% do território brasileiro. É também a região que abriga a menor parcela da população por quilômetro quadrado: apenas 7% do total de habitantes, ou 2,91 por quilômetro quadrado. Todavia, a população local vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos. Sua concentração ocorre, principalmente às margens dos rios, como é o caso de Belém, Manaus, Porto Velho e outras importantes cidades da região. As pessoas que habitam estes lugares são popularmente conhecidos como ribeirinhos. Além das dificuldades relacionadas aos transportes, ainda são obrigados a conviver com a precariedade dos serviços de saneamento básico e oferta de vagas educacional insuficiente em relação à demanda populacional, o que vem a gerar alto índice de analfabetos e baixa escolaridade.

Neste sentido, o texto a seguir se dedica ao estabelecimento de dois quadros acerca da região norte. O primeiro, representado pelo Estado do Pará, destacando o município de Igarapé-Miri; e o segundo, representado pelo Estado do Acre e sua capital Rio Branco. O percurso que pretendemos cumprir é revisitar as políticas públicas de formação de professores nos últimos anos e localizar a importância do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB - nos dois casos, a fim de identificar quais demandas e propostas emergem dos referidos territórios, no que diz respeito à formação de professores.

2. Pará: um gigante do Norte

O Pará é o segundo maior estado do Brasil e se situa na região Norte. Acerca da educação paraense, assim como a nacional, esta se divide nas seguintes modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos - EJA. De acordo com dados do Mec/Inep/Deed, 2012 o maior número de professores está localizado na zona urbana, embora o maior número de alunos esteja na zona rural. Essa idiosincrasia é explicada pela existência de turmas “multisseriadas” nas zonas ribeirinhas. Nessas turmas estudam, na mesma sala, alunos de diversas séries, geralmente as quatro primeiras do ensino fundamental. As atividades ligadas a educação compreendem esta classe multisseriada.

A partir de 2003 a situação começou a se tornar diferente no estado. O governo federal criou a Rede Nacional de Formação Continuada para Professores, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação Básica e de Educação a Distância do MEC – Ministério da Educação - em parceria com IPES⁷, e com adesão dos estados e municípios a fim de investir na formação continuada, visando exclusivamente a educação infantil e o ensino fundamental. Dentre esses programas destacamos o programa Escola Ativa, única política do Governo Federal para atender as escolas multisseriadas no Brasil, o referido

⁷ Instituições Públicas de Ensino Superior

programa busca a melhoria da qualidade do desempenho escolar nas classes multisseriadas das escolas do campo, dentro do contexto histórico e de sua inclusão no movimento (LEITE, 2010), em especial no estado do Pará.

No Pará, atualmente, é no ensino fundamental (anos iniciais e finais) que se concentra o maior número de estudantes matriculados: 64% dos estudantes em 2011 estavam matriculados nessa fase do ensino. Nesta modalidade está também concentrada a classe multisseriada. Ainda assim, dentre os principais problemas da Educação no Pará estão relacionados às questões sociais como a pobreza, fome, falta de trabalho, além da desvalorização dos professores mediante baixos salários. Entende-se que esses problemas parecem não poder ser resolvidos no âmbito do microcosmo da escola e do esforço individual de cada um, o problema da educação é, antes de tudo, um problema político e social, que requer atenção das instâncias Federais, Estaduais e Municipais, sem distinção de classe.

Somando-se as dificuldades apresentadas anteriormente, inclui-se também os serviços assistenciais e educacionais direcionados aos povos indígenas. A Secretaria de Educação do Pará, para tornar realidade o ensino médio modular nas aldeias de povos indígenas paraenses, promoveu conferências municipais e regionais a fim de discutir a temática. A partir das demandas e sugestões apresentadas, as diretorias de Educação, Diversidade e Cidadania trabalharam em parcerias no sentido de garantir o acesso à educação inclusiva nas aldeias, sem precisar deslocar povos para longe de suas aldeias e atividades.

Consoante, dentro do contexto da formação inicial e continuada de professores, merecem destaque a importante parceria e contribuição das instituições públicas de ensino superior do Pará. O Pará conta com as seguintes instituições públicas de ensino superior: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA -, Universidade Federal do Pará – UFPA- e Universidade do Estado do Pará – UEPA. Dentre essas destacamos a Universidade Federal do Pará UFPA, criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa.

Na década de 1990, a Pró-Reitora de Ensino, Maria Cândida Mendes Forte, conheceu a Universidade Aberta da Venezuela e se impressionou com a experiência da educação a distância naquele país. Em parceria com a professora Selma Dias Leite iniciou um processo de divulgação das potencialidades da modalidade para o ensino no estado do Pará. Somente com Marcos Ximenes Pontes como reitor (1993-1997) é que essa trajetória se consolida e que os primeiros pilares são lançados para o desenvolvimento da Educação a Distância na UFPA.

Nessa época, uma comissão foi constituída e ficou encarregada de elaborar o projeto Educação a Distância - EaD - da UFPA e promover as ações para implantação da educação a distância, no âmbito da instituição. Essas ações tiveram início com um processo de sensibilização da comunidade acadêmica através de palestras, as quais seguiram com seminários, cursos de capacitação e de treinamento na elaboração de material didático e instrucionais, mas existiram barreiras, pois a questão cultural precisou ser transposta e esse foi um grande desafio, uma vez que o ensino brasileiro era essencialmente constituído a partir da modalidade presencial.

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa Universidade Aberta do Brasil que tinha como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Ao

recomendar a formalização dos programas de educação a distância, o MEC incluiu a UFPA como uma das cinco universidades brasileiras aptas a estruturar essa modalidade de ensino-aprendizado. Assim, a UFPA integrou o bloco das primeiras universidades a oferecerem cursos de graduação autorizados pelo MEC na modalidade a Distância.

Vale salientar que, até 2006, menos de 50% dos educadores paraenses, atuantes no ensino fundamental possuíam nível superior. Para buscar melhorias na qualidade da educação, estados e municípios estabeleceram parcerias assinando o projeto de adesão do Sistema Universidade Aberta do Brasil criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, que consiste em um sistema integrado por instituições públicas de ensino superior que realizam a oferta de cursos na modalidade de educação a distância em polos de apoio presencial distribuídos pelo Brasil.

Para termos uma idéia ampliada dessa oferta no Pará, o gráfico de numero 01 mostra a distribuição de Polos UAB na região norte, o site SISUAB/CAPES traz as principais informações sobre o sistema UAB em todo o país e as informações abaixo são oriundas deste:



Gráfico 1. Demonstrativo de Polos UAB na Região Norte

Fonte: Sisuab, 2012

O gráfico acima demonstra que atualmente a maior incidência de polos UAB da região norte concentram-se no Estado do Pará. A oferta de cursos e programas de educação superior a distancia por instituições públicas de ensino superior, em articulação com Polos de apoio presencial, nos municípios, representa sem dúvida, ruptura com os programas de formação a distância, de curta duração, de caráter mercadológico, que perduraram até pouco tempo em nosso País.

Destaca-se, na atuação da UAB no Estado do Pará, como amostra, o Polo de Apoio presencial de Igarapé-Miri, que está vinculada ao Ministério da Educação e realiza uma parceria com a Instituição UEPA para o Sistema UAB que funciona em sede própria, adquirida pelo próprio Município. O polo possui horário de atendimento diversificado, principalmente para incluir estudantes trabalhadores e funciona durante todos os dias úteis da semana, incluindo sábados e algumas vezes os domingos, o mesmo conta com uma estrutura essencial, cuja finalidade é assegurar a qualidade dos conteúdos ofertados por meio da disponibilização aos estudantes.

Dentre os alunos que se formam em cursos UAB, 27% dos alunos da UAB estão atuando como docente. De acordo com apresentação no portal do Ministério da Educação, o programa da Universidade Aberta do Brasil-UAB tem como prioridade oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. A melhoria da qualidade de

ensino é indispensável para assegurar à população brasileira o acesso pleno à cidadania e a inserção permite a constante elevação no nível de vida. Nessa perspectiva, consideramos a qualificação dos docentes como um dos grandes desafios para o Plano Nacional de Educação e para o Poder Público. Esse compromisso, entretanto, só poderá ser cumprido com a valorização do magistério, uma vez que os docentes constituem o centro de todo o processo educacional. A valorização do magistério está presente na Constituição Federal de 1988 consignou como um de seus princípios, no art. 206, inciso V, da valorização dos profissionais do ensino.

No entanto, nota-se que as políticas municipais, estaduais e federais seguem um mesmo sentido, em prol de uma formação voltada para todos os profissionais da educação, pois estados capacitam os professores estaduais, os professores municipais estão sob as responsabilidades das secretarias municipais de educação e o governo federal vêm implantando programas que nem sempre atendem à política de formar os professores da rede. Assim, o que se constata é a necessidade de maiores estudos sobre a realidade local, como a questão indígena e a das classes multisseriadas entre a população ribeirinha, bem como maior articulação entre as diferentes esferas de poder na realização de políticas adequadas a estas questões.

3. A expressão dos estados do Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins a partir do exemplo do Acre

Constituindo, juntos, 28% do território da Região Norte, os estados do Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins concentram 30% da população de toda região. O Estado do Acre – situado no sudoeste da região Norte, fronteiro com os Estados do Amazonas e Rondônia a norte e a leste, respectivamente, e com a Bolívia e o Peru ao sul e oeste, por sua intensa atividade extrativista, que atingiu o seu auge no século XX, ainda atrai muitos brasileiros de várias regiões para o Estado. Desse modo surgiu uma cultura profundamente sincrética, repleta de tradições sulistas, mineiras, paulistas, nordestinas e indígenas, o que torna a atividade educativa ainda mais complexa.

No decurso de 40 anos da elevação de seu território a Estado da Federação, o campo educacional do Acre foi marcado, na última década, pela formulação de políticas de formação de professores, especialmente em serviço. Essas reformas tiveram início a partir de 1999, com uma série de programas especiais. O objetivo central da política, ainda em andamento, é garantir o acesso à formação em nível superior a 100% dos professores das redes estadual e municipais, contribuindo assim para a elevação dos índices de qualidade na educação acreana. Esta formação foi considerada insuficiente até o final da década de 1990. Há uma intenção explícita do governo estadual de universalizar a formação de professores em nível superior no Estado até 2014.

Dados referentes à qualificação dos professores no Brasil (INEP, 2002) demonstravam claramente a necessidade de implementação de políticas de formação, ao apontar que, no início dessa década, das 63.029 funções docentes em creche, apenas 8.015 eram ocupadas por pessoas com nível superior completo; das 248.632 funções docentes em pré-escola, somente 61.395 eram ocupadas por pessoas com este nível; das 41.045 funções docentes em classe de alfabetização, apenas 4.021 eram ocupadas por pessoas com nível superior

completo; e, das 809.253 funções docentes de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, somente 219.349 eram ocupadas por pessoas com nível superior completo.

Assim, como nos demais estados da região norte, o Acre, no início de 2000, apresentava um grave problema no campo da formação docente: o número de professores leigos, que chegava a 63,2%, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2001). Esses professores possuíam apenas o ensino fundamental completo ou incompleto; não tinham, portanto, nem a formação mínima exigida para exercer o magistério. Junto a isso havia uma demanda crescente por matrículas de alunos, um número de professores insuficiente para atender a demanda e esta trágica situação resultava em uma classificação que colocava o Estado em penúltimo lugar no ranking nacional, segundo o IDEB.

No ano de 1999 teve início uma ampla reforma no campo educacional, com uma política de formação de professores; cujas ações, somente a partir de 2001, serão percebidas. Para tanto, a nova gestão da Secretaria de Estado de Educação elabora e executa o Plano Estratégico da Secretaria com três desafios. O primeiro desafio foi um amplo processo de cadastramento e classificação de todos os funcionários, a partir de dois critérios básicos: tempo de serviço e qualificação profissional. Como resultado desse primeiro desafio houve uma reorganização na lotação das escolas, detectando os funcionários “que não existiam” ou eram “fantasmas”.

Como segundo desafio, se buscou soluções para política salarial. Na época, o salário dos professores no Acre era considerado um dos mais baixos do país e era rotulado pela categoria de “salário de miséria”, “salário de fome” e “vergonha nacional”. Após diálogos com sindicatos, constatou-se que os baixos salários eram de 80% dos professores da rede, mas que 20% deles estavam com salários acima da média nacional.

Mudou-se, então, a política salarial, optando pela criação de um novo plano de carreira. Foi deflagrada, a partir de então, ampla valorização profissional do magistério. Há que se destacar que os critérios que deram sustentação a esta política foram baseados na igualdade para todos. O Plano de Carreira do Magistério do Acre transformou a jornada de trabalho contratual de 40 horas semanais para 30 horas e elevou o piso salarial em mais de 100%. Ressalta-se que os aumentos foram dados de forma diferenciada numa escala de 0 a 120% sendo mais beneficiados os professores que ganhavam menos.

Vencido esse desafio das questões salariais, o Governo passa a focar na qualidade do ensino. Neste contexto, o que entra em debate não é diferente do debate no restante do País, trata-se, então, da formulação e implementação de políticas no campo educacional como forma de melhorar os indicadores de qualidade de ensino e a formação de professores. Inicia-se, portanto, o terceiro desafio: elevar os indicadores de qualidade de ensino e o foco das políticas educacionais formuladas e implementadas a partir de 2000 passou a ser a escola e o ensino. Essas políticas realizadas no Acre, nos últimos 10 anos, priorizaram a formação de professores e foram organizadas em dois grandes projetos. O primeiro direcionou-se à formação em Magistério para atender o grande contingente de professores que só havia concluído o ensino fundamental, a maioria atuando em escolas rurais e em localidades de difícil acesso.

Quanto aos programas especiais de formação inicial de professores em serviço no Acre, a princípio, foram implantados o programa de formação de professores em exercício (Pro-Formação) resultante da demanda do fundo de manutenção e desenvolvimento do

Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado em 1996. Esse curso teve uma duração de dois anos, iniciando-se em 2000 e encerrando-se no final de 2001.

Em 2000 o Governo Estadual firmou convênio com a Universidade Federal do Acre para implementar vários programas de formação inicial de professores para a educação básica. Programas estes destinados aos professores em efetivo exercício da docência, sendo sua clientela selecionada entre os professores das redes públicas estadual e municipal. A princípio, por parte do governo, se acreditava ser esta a razão principal do desempenho insatisfatório dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e da dificuldade da universalização dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, pois não se tinha no Estado, no início dos anos 2000, um número suficiente de professores com formação adequada para atuar nessas etapas da educação básica.

Nesses processos de formação, foram atendidos, prioritariamente, os professores que trabalhavam no meio urbano, tanto na capital quanto nos municípios. Enquanto isso, os professores que tinham concluído o curso PROFORMAÇÃO, desde o final de 2001, ainda esperavam por uma oportunidade de cursarem uma graduação. Tal oportunidade surgiu com o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica da Zona Rural, que atende, atualmente, 2.389 professores.

Também foi estendido, em 2006, aos professores que trabalham em municípios de difícil acesso⁸, o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica nos municípios de difícil acesso, que atendeu um total de 1005 professores, em seis municípios do Acre. Ainda em 2006, o Governo Estadual assina um contrato com a Universidade de Brasília – UnB - para implantar o Programa de Formação Inicial para professores das séries iniciais que foi chamado de Pedagogia a Distância – PEDEaD. O curso de PED-EaD foi oferecido pela Faculdade de Educação, ao abrigo do contrato entre a UnB – Universidade de Brasília - e a Governo Estadual do Acre, a mais de 1500 professores(as) do quadro de magistério da rede pública de ensino, que estão em efetivo exercício na Educação Básica Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental e são portadores de habilitação em Magistério Nível Médio.

O Curso de Pedagogia a Distância para Professores em exercício no Início de Escolarização (PED – EaD) foi um curso com duração de 03 (três) anos, teve seu início em 2007, sendo oferecido pela UnB – Universidade de Brasília -, com características de Educação a Distância e destinado a professores em exercício na Educação Infantil ou no início de escolarização do Ensino Fundamental na Rede Pública de Ensino do Estado do Acre, portadores de habilitação para o magistério em nível médio. O trabalho pedagógico para o desenvolvimento das competências técnico-científicas foi organizado com textos voltados a discussões sobre educação, sociedade e cidadania e, no caso do Acre foi também incorporado o conceito de florestania (relativo a cidadania dos povos da floresta⁹). Ao apropriar-se dessas tecnologias, o professor/aluno desenvolve competências que facilitam o seu trânsito nas demais áreas do curso, ajudando-os no processo de aprender a aprender. No caso da comunicação *online*, como já mencionado, o processo de expressão se dá de forma escrita, expresso na tela do computador, mas, vale lembrar, pode conter elementos da oralidade, inclusive com o uso de palavra abreviadas para se acelerar a escrita, principalmente nos contatos síncronos.

⁸ Considerados municípios que o acesso ou é por via fluvial ou por aeronaves de pequeno porte.

⁹ Denominação dada aos habitantes de uma região que tem como princípio o desenvolvimento aliado a sustentabilidade

Em 2007, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) começou a atuar no Estado com os cursos de licenciatura em Artes Visuais, Teatro e Música, na modalidade a distância, ofertada pela Universidade de Brasília. Os cursos tiveram início no segundo semestre de 2007, com 330 alunos matriculados das 400 vagas abertas para os 08 polos do Estado.

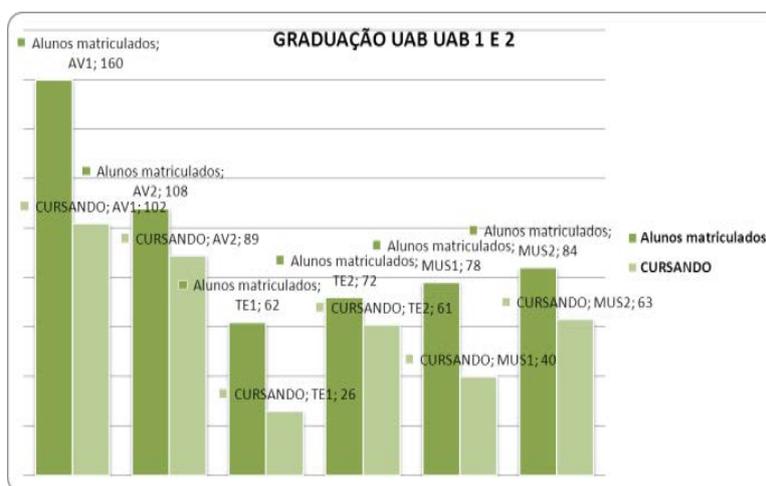


Gráfico 3. Graduação UAB 1 e 2

Fonte: Secretaria de Estado de Educação, 2010

No mesmo ano foram ofertados cursos de especialização e aperfeiçoamento com UnB, FioCRUZ¹⁰ e UFOP¹¹ perfazendo um total de 355 vagas. Os cursos são coordenados por polos dos municípios de Acrelândia, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá, Rio Branco, Sena Madureira e Xapurí, totalizando 685 alunos em março de 2008 (SEE,2010). Para atender as exigências do MEC\Capes\UAB o Governo Estadual investiu em estrutura física, construindo 3 Centros de Educação Permanente – CEDUP, assim denominados no Estado. Os CEDUPs construídos foram nos municípios de Acrelândia, Feijó e Cruzeiro do Sul, todos com 865m², os reformados foram em Brasiléia(980m²), Xapuri(613m²), Sena Madureira(876m²) e Tarauacá(928m²). Cerca de R\$13.197.864,00 foram gastos com construção e reformas dos Polos\CEDUPs para que o servidor público possa ter uma ambiente agradável para a formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos do Acre.

A política de formação de professores desenvolvida nessa última década possibilitou um avanço significativo no número de professores da área urbana e rural com formação em nível superior que, segundo dados da própria Secretaria de Educação, passou de 28% em 2000, para mais de 94%, atualmente. A projeção da Secretaria de Estado de Educação é ter, no final do ano de 2014, 100% de seus professores de meios rural e urbano com formação de nível superior.

Além da política de formação inicial de professores, a formação continuada também se constituiu em ação efetiva, no movimento de reformas educacionais no Acre. Desta maneira, nota-se que as políticas públicas de formação de professores foram consideradas uma questão chave no processo de mudança na realidade de ensino do Acre, obtendo um

¹⁰ Fundação Oswaldo Cruz

¹¹ Universidade Federal de Ouro Preto

significativo avanço nesse campo. No entanto, essa política no âmbito do projeto de reforma educacional assumiu orientação política dos últimos anos, referente à formação de professores em nível superior. Essa formação adotou a modalidade de curso a distância como elemento fundamental para o desenvolvimento educacional, uma vez que o número de formados, por curso e por município do Acre, totalizou mais de 9 mil professores.

4. A EaD na Região Norte do Brasil

A pesquisa realizada na região Norte revela um histórico de aproximação com a educação a distância, principalmente quanto à formação de professores. Esta pesquisa, além de buscar uma retomada de cunho mais histórico desta região, também realizou visitas *in locus* a polos presenciais e também entrevistas com coordenadores de polo participantes do projeto. Houve, nesta região, um misto de visitas realizadas pelo Grupo de Pesquisa e pelos próprios coordenadores de polo, que simularam avaliações em polos de seus pares.

Com base nos relatórios das visitas cruzadas realizadas pelos coordenadores de polo envolvidos nesta pesquisa, constatamos que, dos polos UAB envolvidos na pesquisa, todos atendem uma demanda social significativa, pois atuam como um centro de formação inicial e continuada de professores nas modalidades presencial, semipresencial e a distância. Na grande maioria também acontecem atividades extracurriculares como: saraus, seminários, oficinas, semanas acadêmicas, circuitos culturais e ação acadêmica com a comunidade. Vale ressaltar a importância social que os polos tem na comunidade onde estão localizados, haja vista, que os mesmos atendem tanto as IES, como as instituições públicas locais e a comunidade de modo geral. Isso ocorre devido a infraestrutura que hoje os polos dispõem, na grande maioria dos casos, estes são centros de referência por terem espaços climatizados, auditório, laboratório com mais de vinte máquinas conectadas a internet, muito embora não seja almejada pelos avaliadores da SEED – Secretaria de Educação - e IES além de dispor de outros equipamentos como: datashow, equipamentos de som, tela de projeção etc.

Nas entrevistas realizadas com os coordenadores de polos UAB da região norte, foi possível observar que o município, através de seu mantenedor local, aderiu o programa da Universidade Aberta do Brasil sem ter pelo menos um conhecimento básico de que seria este polo e qual estrutura deveria ser disponibilizada para os mesmos, onde três dos coordenadores entrevistados relatam que, no momento que receberam a notícia da aprovação de seus currículos, o município sequer havia pensado em espaço para agregar o polo, assim como os coordenadores que não possuíam conhecimento sobre o programa, além de alguns que não tinha nenhum tipo de contato com a tecnologia. Ao mesmo tempo, as entrevistas mostraram também que os coordenadores de polos possuem uma trajetória significativa na educação básica, tanto na docência como gestores pedagógicos e técnicos nas secretarias de educação de seus municípios, o que facilita um melhor entendimento com a gestão acadêmica de polos UAB.

Outro fator importante para o delineamento observado nas falas dos coordenadores foi a ausência de encontros, reuniões ou palestras para com os coordenadores envolvidos no processo da EaD, esta falta dá-se por parte tanto da DED como das IES presentes nos polos, isso implica muito no bom desenvolvimento da gestão, na falta de contato dos coordenadores UAB e coordenadores de curso que, ainda limitado, demanda mais interação,

encontros e formações. Todo esse processo permitiu a construção de um referencial acerca da realidade do sistema UAB. Ao mesmo tempo, esta experiência de pesquisa gerou também a possibilidade de instigar a reflexão sobre a educação, a gestão de polo, bem como um bom planejar e re-planejar ações que diminuam a evasão de alunos dos cursos, questão hoje tão delicada para a EaD.

5. Referências

ALMEIDA JÚNIOR, A. M. de. O Planejamento Estratégico e a reforma educacional do Acre. 2006. 45 f. Dissertação (Mestrado em Educação - UFRJ).

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Congresso Nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, Produto Interno Bruto dos Municípios Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica - 2001. Brasília, DF: INEP, 2002.

BUENO, Belmira Oliveira. Entre a Antropologia e a História: uma perspectiva para a etnografia educacional PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 2, 471-501, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 12 Mar. 2012.

CNTE. Confederação dos Trabalhadores em Educação. Ofício Circular 062/2008, em 10 de julho de 2008. Disponível em <<http://www.cnte.org.br>>. Acesso em: 03 Maio 2012

CURSO MOODLE PARA PROFESSORES DA UFBA, 2007, Bahia. Conceituando a EaD: Disponível em <<http://www.moodle.ufba.br>>. Acesso em: 05 Abril 2012.

DIÁRIO DE NOTÍCIA DO ACRE: Educação de Qualidade. Acre, Março. 2012. Disponível em: <<http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/expediente/13148.html>>. Acesso em: 05 Mar. 2012

HAGE, Salomão. Comunica Multissérie: Histórico do Grupo. Ano I – Nº 1, Fevereiro – 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 Maio 2012.

LEITE, Selma Dias. Educação Sem Fronteiras na Amazônia: Trajetória e Perspectivas da Educação a Distância, UFPA, 2010.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica e de Educação a Distância. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 09 Maio 2012.



MEC. Ministério da Educação. Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=510&id=12265&option=com_content&view=article>. Acesso em: 09 Maio 2012.

MEC. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, 2007.

PEREIRA, Maria Luiza De Oliveira Assis. Rio Branco, fev. 2012. Entrevista concedida por ocasião da pesquisa.

REVISTA NOVA ESCOLA, Políticas Públicas: Segundo Fernando Haddad, a formação docente é prioridade para o Ministério, Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br> > Acesso em: 27 Mar. 2012.

SEDUC. Secretaria Estadual de Educação do Pará. Disponível em: <<http://www.seduc.pa.gov.br>>. Acesso em: 09 Maio 2012.